

Clara Grimaldi Eleazaro*

Tornou-se freqüente, no País, a crítica ao uso atual da língua portuguesa, seja na sua manifestação oral, seja na sua representação escrita.

Ao jovem, sobretudo ao jovem - objeto que é das discussões - não se poupam censuras_ expressa-se mal, falta-lhe vocabulário, é incompente para ler, anula-se na prática de redigir.

Inevitavelmente, como decorrência, julga-se a Escola, que, para muitos, tem demonstrado ser incapaz de solucionar, ou, pelo menos, abrandar o grave problema.

Digladiam-se os representantes dos três graus de ensino, acusando-se mutuamente: o estudante é falho, no 2º grau, por deficiência do 1º; ambos, 1º e 2º graus, unem-se para atacar a ineficiên - cia do 3º, e este declara-se impotente diante do fraco material humano que lhe vem daqueles.

E o ensino da língua materna torna-se um fardo cada vez mais pesado; avolumam-se as críticas, propõem-se soluções a curto e longo prazo, mas o resultado animador e positivo parece ainda distante, se não impossível de ser alcançado.

É sempre oportuno debater o assunto. Considerada matéria pertinente a mestres e alunos de Letras, particularmente àqueles que se irão dedica. ao ensino da língua nacional, torna-se o debate imperioso.

Nesse campo do ensino, eis alguns pontos que julgamos importantes, porquanto atuam como causas que agravam a situação atual do idioma:

- 01) Nas duas últimas décadas, modificou-se a mentalidade do homem ocidental. A explosão técnica, a facilidade dos meios de comunicação levaram-no a participar de múltiplos contextos sociais, a compartilhar problemas de outras comunidades, que não a sua.

Estabeleceu-se uma sociedade extremamente pragmática. O ho-

* Professora Assistente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Livre-docente em Língua Portuguesa.

mem dá-se conta de seu pouco tempo para adquirir e aplicar os conhecimentos que se fazem necessários.

Com isto, perde terreno o signo verbal, pois o signo visual interessa-lhe como imediato, como aquisição mais rápida, mais ampla, global.

A Escola, que poderia ser uma força de equilíbrio, parece contribuir, sensivelmente, para acelerar o processo. Comparando os métodos passados aos atuais, a afirmação encontra o seu apoio.

Antigamente, não muito antigamente porém, o ensino da língua materna ministrava-se em etapas distintas: após a alfabetização, exercitava-se o aluno em livros, onde a ilustração suplantava o texto, este apresentado em tipos gráficos avantajados. À medida em que progredia o estudo, desapareciam as ilustrações para ceder lugar a textos cada vez mais longos, agora em tipos normais de imprensa.

Era um exercício lento, era, mas ao fim das quatro séries primárias, o pré-adolescente possuía boa capacidade de leitura, apreciável abstração de imagens visuais. Predominava, pois, em sua plenitude, o signo verbal.

Na Escola de hoje, é bem diferente o quadro. Abusa-se da ilustração, preterindo-se o texto. Agrava-se a situação, pois, o fato ocorre não apenas nas séries iniciais; é prática comum de todo o 1º grau e, muitas vezes, do 2º. E mais, ao "método" submete-se não apenas o Português, no seu novo rótulo de Comunicação e Expressão. Estabelecimentos há, e não são poucos, em que se exige, do aluno, a apresentação de trabalhos bem visuais na verificação do rendimento escolar, isto é, fartamente ilustrados, não importa a forma lingüística que lhes sirva de instrumento.

Soma-se a isto a proliferação desordenada de publicações em quadrinhos, não apenas revistas. Se bem se lembram todos, até mesmo a literatura brasileira se viu envolvida nesta empresa, com a edição adaptada de renomados autores nacionais.

Ninguém, supomos, pretende que o jovem seja anacrônico, vivendo sob normas do passado, sem a evolução acelerada, porém natural, que o mundo de hoje lhe proporciona. Entretanto, se o bom uso da língua comprovou sempre e comprovará, através dos tempos, o nível intelectual de um povo, de modo especial na sua manifestação escrita, não caberia à Escola coibir esses abusos que se verificam, ajustando, de forma conveniente, a comunicação ao adequado emprego do idioma?

02) No Brasil, de 1905 até hoje, tivemos, pelo menos, quatro importantes documentos legais visando a fixar diretrizes e bases para o Ensi-

no de 1º e 2º graus, antigo Grau Médio. Os anteriores à reforma proposta pela Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, através da regulamentação deles oriunda, enfatizaram sempre o estudo da língua pátria, obrigatório tanto para os cursos de tendência humanística, quanto técnico-científica. Estudo desenvolvido em carga horária expressiva, integrando os currículos do grau médio, o Português (incluindo as literaturas do Brasil e de Portugal) não podia, em número de aulas semanais, ser suplantado por qualquer outra disciplina.

Já a Lei 5692/71 não seguiu a filosofia das que a precederam: apresentando a grande novidade de situar a língua no seu novo título - Comunicação e Expressão, faz apenas duas referências à língua materna, uma das quais não implica propriamente o modo de ser ela ministrada. Observemos:

Art. 1

§ 2º - O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.

Art. 4

§ 2º - No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

Poder-se-ia realizar muito, mesmo a partir de tão pouco. Ocorre que regulamentações posteriores, com base nesse documento, evidenciaram duas importantes falhas:

- 1) No currículo de 1º e 2º graus, a língua vernácula não tem carga horária semanal estabelecida.
- 2) Indubitavelmente, mais grave que a não fixação de carga horária, é o fato de Comunicação e Expressão poder integrar, com Educação Artística, uma só área de estudo, num processo que os técnicos chamam de instrumentalização.

Em várias escolas - porque é econômico, porque é lucrativo - adota-se esta opção que a Lei propicia.

Inimaginável um método que possibilite não a ascensão linguística dos educandos, mas que, no futuro, os preserve de, já em cursos de 3º grau. encarar o idioma pátrio como língua estrangeira, onde um simples fato gramatical, um singelo exercício estilístico, um elementar episódio semântico tornar-se-ão motivo de justificado espanto.

Ao absurdo de ministrar-se esse tipo de ensino, acrescenta-se o fato de ser exageradamente grande o número de alunos em ca

da classe. Em serviço de inspeção escolar, constatamos turmas de até 85 alunos ocupando uma área média de 40 m².

O rendimento pressentir-se-ia nulo, fora ele relativo apenas a Comunicação e Expressão. Como calculá-lo, pelo menos razoável, neste processo de integração dupla, partindo do princípio de que a verificação é única para ambas as disciplinas?

03) Ainda a Lei da Reforma

A Resolução 853/71, do Conselho Federal de Educação, e que fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, de finindo-lhes os objetivos e a amplitude, compendia o que analisamos antes. Em seu artigo 4º e respectivos parágrafos 1º, 2º e 3º, encontramos:

"Art. 4º - As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas.

§ 1º - Nas atividades, a aprendizagem far-se-á principalmente mediante experiências vividas pelo próprio educando, no sentido de que atinja, gradativamente, a sistematização de conhecimentos.

§ 2º - Nas áreas de estudo, formadas pela integração de conteúdos afins, as situações de experiência tenderão a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos para configuração da aprendizagem.

§ 3º - Nas disciplinas, a aprendizagem se desenvolverá pre dominantemente sobre conhecimentos sistemáticos".

A seguir, o Art. 5º determina a posição da língua no quadro proposto:

- 1 - nas séries iniciais, sem ultrapassar a quinta, sob a forma de Comunicação e Expressão, tratada predominantemente como atividade;
- 2 - nas últimas séries do 1º grau - 3 ou 4 anos - sob a forma de Comunicação em Língua Portuguesa, tratada predominantemente como área de estudo;
- 3 - no 2º grau, sob as formas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, tratadas como disciplina e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos.

Deduz-se que apenas no 2º grau, e assim mesmo se o aluno for

prosseguir estudos na área de humanidade, especificamente Letras, co
nhecimentos sistemáticos lhe serão ministrados no campo da língua ma
terna.

04) O Livro Didático

A adoção do livro didático - seja ela iniciativa do profes-
sor, seja indicação de coordenação de ensino ou órgãos similares, se-
ja imposição da Escola - é, atualmente, um grande problema a ser en-
frentado no ensino da língua portuguesa.

A proliferação de compêndios escolares para o 1º e 2º graus
tem sido realmente espantosa a partir de 1970. Entretanto, a qualida-
de não acompanhou a escala crescente das obras publicadas.

A questão já foi e continua sendo analisada, mas não houve
senão débeis movimentos visando a deter esse fluxo desordenado de ma
nuais.

Parece-nos importante apresentar alguns pontos.

O texto em si, como conteúdo.

Os autores didáticos da língua reúnem, em seus livros, uma
série de textos, mas distanciam-se, quase sempre, das normas legais
do ensino, que propõe, para Comunicação e Expressão, o cultivo de lin
guagens que ensejem ao aluno o contato coerente com seus semelhantes,
ressaltando-se a Língua Portuguesa como expressão da Cultura Brasi -
leira.

Ora, cultura entende-se como totalidade de comportamento a
prendido e transmitido socialmente (Keesing - O conceito de Cultura,
in Revista Educação e Ciências Sociais, Ano V, vol. 8, nº 14, R.J.
1960).

O ensino da língua portuguesa, como se ministra, não perse-
gue, na grande maioria dos livros adotados, a difusão da cultura na
cional. Das falhas que se observam, convém salientar:

A - A inatualidade

Osman Lins, em "Problemas inculturais brasileiros", analisa
bem este aspecto. Na escolha dos textos, os autores didáticos selecio
nam aqueles, que nem sempre são os mais representativos quer da époc
ca, quer do escritor. Nem há, precisamente, uma seleção, pois os mes
mos textos, os mesmos fragmentos de texto aparecem, indefectivelmen-
te, em quase todo manual.

Interessariam ao aluno, não fossem todos eles, sem exceção,
de épocas passadas, quase sempre vasados em linguagem bem distancia-
da da que se exercita nos dias de hoje.

À vista de algumas antologias, tem-se a impressão de que

tanto a literatura portuguesa, quanto a brasileira, sofreram uma brusca parada no tempo, de tal forma se omitem textos de escritores contemporâneos.

É de lamentar-se a atitude, sobretudo diante da explosão literária verificada, no Brasil, nestas últimas décadas. Apenas textos anacrônicos - já que muitos o são sem qualquer elemento estético que os justifique - motivarão, para leituras posteriores, os jovens da época atual?

Não se trata de excluir, dessas antologias, o exemplo dos mestres da língua. Entretanto, como enfatizou Osman Lins, "a escolha de textos, em nossos livros de Português, não recai sobre as melhores páginas dos velhos mestres", já que são eles, muitas vezes "preteridos em favor de vultos sem a menor expressão literária.

B - A atualidade excessiva

Se alguns autores pecam pela inatualidade dos textos selecionados, outros há - infelizmente não raros, nam poucos - que somente apresentam produções da época contemporânea, ignorando todo o processo histórico-literário, moldando o jovem para a anti-tradição, induzindo-o a valorizar tão somente os aspectos culturais presentes.

Aquí, o manual abriga apenas a expressão literária moderna - ou, com maior precisão, recente. Buscando interessar o aluno por temas que lhe são familiares, ao seu lado emparelham-se assuntos futebolísticos, letras do repertório musical popular. Abusa-se da crônica, da notícia breve, da informação como informação (fartamente ilustrada em qualquer nível de estudo). Inacreditável, mas a própria Fundação Nacional de Material Escolar argumenta "que a cultura brasileira em formação quer a língua materna ao seu gosto, como língua viva, animada e espontânea, expressa numa linguagem atualizada, que todos falam como o português do Brasil".(Cadernos MEC de Português).

É cabível justificar que as antologias resultam do gosto de quem as organiza e, atualizadas ou não, jamais poderão satisfazer, totalmente, os destinatários; que são restritos, à medida em que evitam tropos que firam princípios políticos, religiosos, raciais e morais. Com isto, porém, subestimam-se os mestres da língua por "anacronismo"; supervalorizam-se escritores atuais - muitos deles inexpressivos e dificilmente candidatos à consagração posterior; promovem-se letristas de músicas a literatos, quase sempre sem lhes pesquisar o mérito.

Advém o prejuízo do jovem que, à falta de modelos exemplares, torna-se incapacitado para a distinção da língua em seus vários ní -

veis, sentindo-a, em estudos mais avançados, como idioma estrangeiro, pleno de mistérios e dificuldades.

Outras observações caberiam ao texto, não fosse limitado o tempo desta exposição. No entanto, julgamos importante esta última consideração - a forma ou as formas sob as quais é ele estudado e analisado na maioria quase absoluta dos manuais.

Hoje, uma técnica geralmente adotada, mesmo em manuais! onde a seleção dos textos se faz adequadamente, é a que chamaremos, por falta de outro termo, interpretação induzida.

O autor coloca-se como ator principal, assenhoreia-se da cátedra, faz questionários, induz mestre e alunos a pensarem segundo as suas normas.

Nessa prática, tolhe-se a iniciativa do professor, mesmo porque não importam seu esforço e estudo contínuos, visto contar, quase sempre, com um "manual do mestre", que lhe é fornecido com as respostas consideradas necessárias. Tolhe-se a iniciativa do aluno, que se ajusta a soluções pre-elaboradas, atuando, antes de tudo, como empecilho para que ele, sozinho, ou as descubra ou encontre outros focos de interesse que a leitura porventura lhe possa proporcionar.

Muitas vezes, o autor fixa-se em questões pseudo-interpretativas, à margem do texto, que proveito algum trazem ao discente. Apenas para ilustrar, observe-se um item proposto para a interpretação de "A Botica do povo", de Cavalcanti Proença, no livro Português-interpretção, edição da Companhia Editora Nacional, 1970, da autoria de Jesus da Silva, Ricardo Rosa e Roberto Leite:

" 1. Penicilina, terramicina e aspirina.

Assinale a relação em que os termos não possuem as mesmas características fônico-terapêuticas dos três acima citados:

- a) guaiacol, calcigenol, fostimol, cepacol.
- b) cebion, anapyon, redoxon, saridon.
- c) fenergan, atroveran, fimatosan, teragran.
- d) bromil, brometo, bronquite, bursite.
- e) periatin, pervitin, endopulmin, assugrin".

Ou então, a propósito de "Plebiscito", de Artur de Azevedo, presença infalível em quase todas as antologias escolares:

"Transcreva o texto inteiro para o seu caderno !! Pegue seu lápis de cor e marque:

- a) com preto, as palavras do narrador.
- b) com verde, o diálogo enquanto o pai está na sala.
- d) com vermelho, o diálogo enquanto o pai está no quarto.

d) com amarelo, o diálogo depois da volta do pai.

E mais adiante:

1. Existem famílias que nunca tenham brigado ??
2. É bom guardar ressentimento depois de uma briga ??
3. Que se deve fazer depois de uma briga ??
4. Dona Bernardina agiu bem, chamando o marido ??
5. E ele?

(Geraldo Mattos - Eurico Back - Edição FTD, 1972, 2a edição).

Buscamos a ilustração num livro destinado à 6a. série do 1º grau. Que conseguirá um professor com esse tipo de trabalho, se não criar, no aluno, uma profunda aversão por sua língua?

Considere-se mais que não existe uma gradação de conhecimentos das primeiras para as últimas séries, pressupondo bastante em fadonho o aprendizado do idioma. Vejamos um exemplo constante de um manual de 3a. série do 2º grau:

"O vestibular está aí! Começemos desde agora a pensar nele e a preparar-nos para ele. Em cada um dos nossos capítulos há perguntas sobre interpretação de mensagem para ajudá-lo num dos itens do vestibular. Aqui, repassaremos toda a gramática, mas pretendemos dar-lhe prática de língua, a língua pela língua, de maneira que o conhecimento se lhe grave mais profundamente e aproveite também para o seu futuro. Correto?"

Seguem-se as questões prometidas:

- "Grau: a) É uma _____ pobre: é um casebre.
b) É um _____ desprezível: é um jornaleco.
c) É um _____ poeta: é um poetaastro.

Ou então:

"Siga o modelo:

Ele me trouxe uma revista.

- trouxe -ma.

Ele te trouxe uma revista".

Sem comentários. Entretanto, há exceções que devem ser citadas. Temos ainda uma pequena parcela de bons autores didáticos; primam eles pelo bom gosto na seleção dos textos, pela sugestão de práticas inteligentes e graduadas. Para representá-los, citamos Domício Proença Filho, a quem se deve a excelente série *Comunicação em*

Português, da Editora Ática.

05) Correção idiomática - Correção gramatical - Gramática

A correção idiomática implica questões bastante complexas e, ainda que não sejam recentes as discussões sobre o assunto, foi sobre tudo nestas últimas décadas que o problema passou a merecer maior especial atenção dos estudiosos.

As idéias apresentadas por Saussure possibilitaram uma reformulação de toda a ciência linguística e é a partir de então que novos conceitos se impuseram, permitindo estabelecer, sem arbitrariedades, o correto e o incorreto na linguagem.

No Brasil, mestres, filólogos, linguístas, mesmo considerando as naturais divergências de critérios, sempre estiveram atentos ao tema e trabalhos notáveis podem e devem ser citados: os de Ayres da Mata Machado, Celso Cunha, Mattoso Câmara Júnior.

A correção idiomática, seriamente analisada por eles, não assumira qualquer caráter de escândalo nacional, a que, de modo feliz, Mestre Ayres, numa reportagem apresentada na Revista *Veja* (12-11-75) chamou de "pânico linguístico".

Entretanto, em meados de 1974, um professor mineiro encaminhou, ao Senhor Presidente da República, um extenso memorial, onde teria considerações sobre o péssimo uso da língua nacional, para a qual vaticinava um triste e sombrio destino. E concluía solicitando medidas enérgicas para sanar o mal.

O documento chegou às mãos do Professor Abgar Renault, então ilustre membro do Conselho Federal de Educação, provocando de sua parte um severo parecer, em que se denunciou a Escola como a principal culpada pela crise do idioma.

Acenderam-se os ânimos, estabeleceu-se a polêmica e o tema, latente em nível de grande público, tomou fôlego; a partir de então, é assunto obrigatório daqueles que ministram o ensino da língua materna.

Não nos vale, aqui, discutir conceitos de correção idiomática; vale-nos, sim, admitir que, quaisquer sejam os critérios para o seu estabelecimento, seremos fatalmente conduzidos às normas reguladoras do bom desempenho da língua, codificadas na Gramática.

Eis a palavra temida às vezes, às vezes ridicularizada.

Inútil qualquer eufemismo ou substituição - No ensino do idioma, a sua necessidade se impõe e dela falaremos para concluir esta exposição.

Concordamos - a grande maioria - existir um contínuo processo evolutivo na língua. Aceitamos ser impraticável, artificial e noci

vo induzir o aluno a imitar padrões ultrapassados, a seguir normas ca-
ducas, a repetir um tipo de linguagem obsoleta, nitidamente contrário
ao que pratica na atualidade. Sobretudo, admitimos ser flexível o con-
ceito de correção idiomática, considerada a língua em seus vários ní-
veis e registros.

Nada disto, porém, é suficiente para que se desprezem as nor-
mas gramaticais, tão relegadas neste incessante desenvolvimento de no-
vos recursos da comunicação.

Os estudantes de Letras, particularmente, sentem o problema
quando, ao término do curso, enfrentam as classes de 19 e 29 graus.
Falta-lhes o domínio da língua na sua parte técnica. Constata-se, na
ocasião, a insegurança ortográfica, a incipiência dos conhecimentos
de morfologia e sintaxe. A sofisticação dos cursos - sejamos humil-
des em reconhecer - deu-lhes elevada cultura em outras áreas; o meca-
nismo da língua, porém, foi desprezado. O nosso jovem futuro profes-
sor de Português declara, consciente, que precisa estudar gramática.

Conjunto de normas reguladoras do bom desempenho lingüístico,
principalmente agora que se volta a adotar o estudo da gramática na
Escola - vale repetir, estudo sistemático - deveria ela ser reformula-
da, atualizada, para que, sem indisposição ou dificuldade, os estudan-
tes lhe tivessem acesso.

É necessária, concordamos, mas ainda existe muita gramatiqui-
ce a ser podada.

Dá-se ênfase inútil a minúcias e exceções, sem ressaltar, to-
davia, as regularidades profundas da linguagem.

E mais. As doutrinas não são uniformes, ou melhor, apresen-
tam, muitas vezes, controvérsias que as tornam antagônicas.

S foi possível realizar uma reforma ortográfica que, ineva-
velmente, simplificou a representação escrita, não seria pretencioso
aguardar igual solução para a nossa gramática: reguladora, mas não or-
todoxa, onde a sintaxe, em qualquer de seus aspectos, se apresentasse
como elemento de ajuda na elaboração da frase; onde a morfologia apre-
sentasse soluções satisfatórias para os fatos atuais da língua, prete-
rindo as absurdas investidas etimológicas que aparecem em vários ma-
nuais. Uma nova gramática que reconsiderasse terminologias e, sem ig-
norar o progresso dos estudos lingüísticos dos últimos tempos, fosse,
de fato, um instrumento de auxílio no bom desempenho da língua.

As considerações feitas, dirão muitos, são apenas causas de
um amplo processo cultural que se desenvolve não apenas no País.

Todavia, a consciência dos fatores que prejudicam o correto
uso da expressão, especialmente quando dizem respeito à Escola, pode-

rã guiar-nos não a soluções definitivas imediatas, mas contribuir para que estas soluções sejam um dia possíveis.

Ainda uma palavra:

Concordamos, em muitos pontos, com as objeções levantadas durante o debate a que se submeteu a matéria, especialmente nas interferências havidas da parte do ilustre Professor Carlos Maciel.

Todavia, como conclusão, julgamos ser conveniente salientar alguns aspectos, sobretudo aqueles que invocam, direta ou indiretamente, o problema da correção idiomática:

1. Acreditamos ser um dos papéis da Escola integrar o indivíduo na sociedade, mesmo considerando a impossibilidade desta realização em vários momentos da realidade nacional.

2. Educar, qualquer seja o campo, é ajustar o indivíduo a um código disciplinar. Os códigos podem variar no tempo e no espaço, mas jamais são excluídos de um processo de educação.

3. O problema do ensino da língua materna é também uma questão de disciplina - e aqui divergimos bastante dos argumentos trazidos ao debate - que independe, em tese, do processo político-ideológico de uma nação.

Um sistema totalitário, como o da Argentina, por exemplo, forneceu-nos um dos maiores estilistas da literatura portenha, Jorge Luiz Borges.

É anacrônico, dirão. Condenando o nacionalismo, tônica dos escritores, seus patrícios, é, não obstante, reverenciado por eles no tocante ao uso lapidar do idioma, erguendo-se como modelo, inclusive daqueles que propõem uma radical mudança dos sistemas políticos latino-americanos.

Também um sistema totalitário deu-nos boa parte da obra de Graciliano Ramos. Como negar-lhe o uso modelar da língua?

E na Europa?

Não tivemos Gadda e Silone na Itália?

Podemos desconhecer Ferreira de Castro e Namora em Portugal?

4. Quaisquer sejam as idéias professadas, quaisquer as filosofias adotadas, não surtirá melhor resultado a sua expressão através de uma linguagem bem construída que, mesmo sem pretender o estético, possa caracterizar-se como correta?

Este papel, julgamos nós, cabe à Escola. Se não acreditamos na lei sobre a qual ela se sustenta hoje, por outro lado temos a es

perança de que, à luz de regulamentações de ensino adequadas, possu
mos obter progressos futuros.